

Antiguidades de Viana. Fundamentou-se em Vilas-Boas. Não está isento de exageros. Foi um excelente bibliógrafo, comparando originais ou cópias dos historiadores oitocentistas de Viana, como vimos. Gostava de colocar apostilas à margem das mesmas, denotando o seu pensar. **J. Vilhena Barbosa** publicou *Notícias de Viana*, in *Arquivo Pitoresco*. (M. Fernandes Moreira).

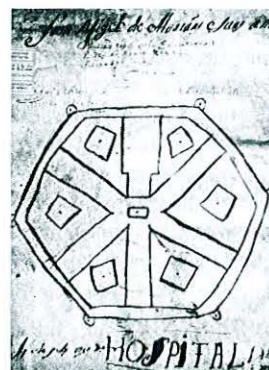
Historiografia Portuguesa (1.ª metade do século XVIII) → **História, método (...)**.

Homens de acordo → **Eleitos**.

Homens de falas → **Eleitos**.

Honra – Trata-se genericamente de uma terra imune pertencente a um nobre. O termo honra aplica-se ainda muitas vezes no sentido de terra honrada por couto (marcos divisórios) ou privilégio de isenção do encargo de fisco, direitos de justiça e proibição de entrada de magistrados régios. Terra governada por juízes postos pelos Senhores das Honras. D. Fernando (1372-75) declarou abolida nas honras a jurisdição civil e criminal, excepto nas de alguns grandes senhores. O declínio das honras será geral nos Tempos Modernos e poucas subsistem no século XVIII. → **Divisão e organização concelbia...** (Roteiro).

Hospitais reais – Em Portugal, a assistência hospitalar esteve quase totalmente entregue a leigos, conhecendo-se poucos hospitais a serem administrados pela ordem de S. João de Deus e pelos cônegos de S. João Baptista [400]. Com a reforma da assistência e o surgimento das Misericórdias, a estratégia da Coroa portuguesa foi a de entregar a administração dos hospitais às Misericórdias, tendo em vista uma diminuição de custos com estas instituições. O mesmo já não aconteceu, por exemplo, na vizinha Espanha, onde a assistência hospitalar contou com a presença de várias Ordens religiosas, que nela ocuparam um lugar de destaque: a Ordem de S. João de Deus, a Ordem da Caridade, os camilos e a Ordem dos irmãos mínimos ou obregões. A Ordem dos irmãos obregões desenvolveu um importante trabalho nos hospitais militares, aos quais esteve associada [240]. Embora a rede hospitalar portuguesa estivesse maioritariamente entregue às Misericórdias, quando se registaram conflitos bélicos foi necessário encontrar novas soluções que colmatassem as dificuldades sentidas por estas confrarias no tratamento aos militares. O primeiro embate sério foi sentido com a guerra da Restauração. Coroa esforçou-se por fazer contratos com as Santas Casas para que os soldados fossem tratados nos seus hospitais [48]. Contudo, o entendimento nem sempre foi possível e nem todas as Misericórdias dispunham de estabelecimentos hospitalares e nem todas aceitaram as propostas. Nestes casos, a solução encontrada foi montar novos hospitais – os *hospitais reais* – e entregar a sua administração à Ordem de S. João de Deus [239]. A designação advém-lhe do facto de serem instituídos pela Coroa e serem suportados pelas finanças públicas. Esclareça-se, no entanto, que esta nomenclatura se aplica também aos hospitais que sendo criados pelos duques de Bragança, passaram a intitular-se reais após 1640, com a ascensão dos Bragança à Coroa. Neste trabalho referimo-nos apenas aos *hospitais reais* criados para tratamento de soldados e posteriormente desactivados. Enquanto nos hospitais das Misericórdias se curavam essencialmente pobres, nos *hospitais reais* criados num contexto de guerra aceitavam-se somente soldados. Estes estabelecimentos foram de grande utilidade para o reino, porque actuaram em ambientes bélicos, sendo posteriormente desmantelados após a resolução do conflito. As preocupações da Coroa em assegurar lugares de tratamento expressavam o valor que o corpo tinha para os homens da guerra. Sujeitos a duras provas, os corpos dos militares necessitavam frequentemente de tratamento por estarem submetidos à dureza de um quotidiano bélico [239]. A deficiente alimentação e as precárias condições de higiene e saúde favoreciam a instalação de doenças, que rapidamente adquiriam feição de epidemias. Por outro lado, os combates originavam problemas do foro cirúrgico, que obrigavam à intervenção do cirurgião ou do sangrador. Assim, a Coroa preocupou-se em garantir condições de tratamento aos enfermos, quer nos hospitais das Santas Casas, quer em instituições erguidas temporariamente para esse fim. Em **Ponte de Lima**, a Coroa, provavelmente por o hospital da Santa Casa ser de reduzidas dimensões, erigiu um **hospital real** para nele se curarem os soldados da vila e entregou a sua administração aos religiosos de S. João de Deus. Foi mandado edificar pela regente D. Luísa de Gusmão, em 1679. Posteriormente, foi desmantelado e, aquando da guerra de Sucessão de Espanha, os militares foram curados no hospital da Santa Casa, embora em número muito limitado. Em 1708, a Misericórdia foi contactada pela Coroa para fazer um acordo, com vista ao tratamento dos militares do presídio serem tratados no seu hospital. A Santa Casa reagiu negativamente, afirmando não existirem soldados nessas condições e já tratar gratuitamente militares no seu hospital. Defendeu ainda que em caso de guerra, os soldados deveriam ser assistidos pelos religiosos de S. João de Deus, já que eram detentores do hospital que tinha sido criado com os dinheiros da fazenda pública. Aproveitaram também a ocasião para criticar os citados religiosos, mostrando-se interessados em administrar o hospital que se encontrava sob a sua alçada. A Santa Casa não conseguiu os seus intentos, apesar de ter demonstrado possuir capacidade técnica e pessoal para o gerir. Por isso, quando no mesmo ano foi novamente auscultada para que os militares feridos fossem curados no seu hospital, exigiu um preço tão alto que não foi possível chegar a um consenso com a Coroa. O hospital de S. João de Deus estava desactivado, mas só foi formalmente desmantelado em 1716. A Misericórdia conhecia o seu estado e procurava tirar partido da sua inoperância. Apesar de pressionar a Coroa



para o transferir para a sua administração não conseguiu. Após o encerramento, os religiosos de S. João de Deus permaneceram no edifício. Em **Monção**, a situação era muito diferente. A Misericórdia da vila não dispunha de hospital e a praça fronteiriça exigia uma resposta eficaz no campo da saúde dos militares. Monção tinha aquartelado um importante dispositivo de guerra e foi campo de batalha. Para dar resposta às necessidades do Exército, a Coroa fundou um **hospital real** na vila e entregou-o aos religiosos de S. João de Deus. Curava apenas militares «e nelle por conta d'el Rei assistem hum prior e dous religiosos subditos todos da Ordem e religião de São João de Deus». Embora não tratasse militares, a Misericórdia de Monção não se alheou do contexto de guerra e enterrou gratuitamente muitos soldados que tombaram nas batalhas travadas contra os espanhóis. Tal como acontecia nos hospitais comuns, nos *hospitais reais* tratava-se da alma e do corpo. Os religiosos prestavam serviços de saúde e cuidavam espiritualmente dos internados: celebravam os ofícios divinos, ministravam-lhes os sacramentos e reconfortavam-nos na hora da morte. Também em **Caminha**, os confrades da Misericórdia analisaram, em Janeiro de 1647, as pretensões dos religiosos de S. João de Deus sobre o hospital da Santa Casa. Como o assunto era de muita responsabilidade toda a irmandade foi convocada para o analisar. Os referidos padres estavam interessados no hospital da confraria para nele curarem os soldados da praça de Caminha e todos os restantes que aí viessem, mas a resposta foi negativa. Os confrades presentes no cabido afirmaram não poder «conceder o dito hospital por estar anexo a esta santa caza da mizericordia e o provedor e irmãos serem aministradores delle por ultima vontade de quem o emstituiu». Por isso, não o podiam ceder, tanto mais que necessitavam dele para curar os pobres da terra e passageiros. As razões dos religiosos de S. João de Deus eram de peso e provavelmente iam de encontro às preocupações da Coroa. Embora a Coroa tivesse efectuado um contrato com esta Santa Casa em 1642 para o tratamento de soldados, o hospital da Misericórdia era muito pequeno e não reunia condições para cuidar de um número grande de militares enfermos. Exigia-se, então, uma outra solução que passou pelos padres desta congregação. À semelhança do que se verificou nas restantes localidades, este instituto deve ter estado em funcionamento apenas durante o tempo das hostilidades. Na vila fronteiriça de **Valença** esteve também em actividade um hospital para tratar soldados. Tal como os restantes foi administrado pelos frades de S. João de Deus. O instituto foi instalado no mosteiro desta Ordem, onde existia uma capela. Este complexo manteve-se em funcionamento até 1809, altura em que as tropas comandadas por Soult o destruíram, poupando-se apenas o edifício que servia de hospital militar [330]. Foi também a necessidade de dar resposta a um contexto de guerra que levou a Coroa a contactar a Misericórdia de **Vila Nova de Cerveira**, em 1708, para tratar no seu hospital os soldados que se encontravam no presídio da vila. A Santa Casa queria participar na causa nacional curando os militares, mas não dispunha de condições logísticas para esse efeito. A casa que servia de hospital encontrava-se arruinada. Mesmo assim, os irmãos propunham-se curar os referidos doentes se lhes pagassem 300 mil réis para restaurar o edifício hospitalar e 16 mil réis por cada enfermo. Embora o desfecho deste assunto não seja conhecido, é no entanto, claro que os militares não foram assistidos na Santa Casa. A Coroa encontrou provavelmente nos religiosos de S. João de Deus a resposta que procurava para cuidar de soldados doentes. Por serem terras de fronteira, estas localidades foram também guarnecidas de estruturas hospitalares capacitadas para atenderem e assistirem os militares. Estes hospitais que assumiram um papel capital, embora em períodos curtos de tempo, foram posteriormente desmantelados, deixando os cuidados de saúde das populações, sobretudo dos pobres, entregues às Misericórdias. → **Guerra da Aclamação; Misericórdias; Gafarias**. (Maria Marta Lobo de Araújo).



Igreja da Lapa (Arcos de Valdevez) – A igreja da Lapa, situada no Largo a que deu o nome, é um pequeno teorema da arte de André Soares, com planta centrada na nave, ligeiramente ovalada e de altura excepcional, com uma pequena capela-mor quadrada. Tem sua origem, cerca de 1758, quando Frei Ângelo de Sequeira veio para a vila, trazendo a imagem de Nossa Senhora da Lapa, que depois foi objecto da maior devoção, para logo se constituir-se a confraria. A igreja em 1767 já está concluída. (A. Matos Reis).

Igreja da Misericórdia de Viana – Depois de pedir a El-Rei, em 27 de Abril de 1521, que lhe concedesse o regimento da Misericórdia de Lisboa para fundar uma instituição congénere, a Câmara Municipal, em 16 de Agosto de 1526, resolveu edificar a capela e casa da Misericórdia com dinheiro obtido por meio de esmolas e não dos cofres do concelho. Na segunda metade do século XVI, sendo provedor João Jácome de Luna, a Misericórdia resolveu ampliar as suas instalações, do que resultou a imponente fachada com a arcada do primeiro piso e duas varandas arquitravadas, com exuberante e inusual decoração, datada de 1589. Do século XVII, é o excelente painel da Senhora da Misericórdia, atribuído ao pintor André de Padilha. As obras de ampliação realizadas, na primeira metade do século XVIII, sob a orientação do engenheiro militar Manuel Pinto de Vilalobos, respeitaram as linhas decorativas anteriores, nas paredes externas. Dessas obras o maior destaque vai para a igreja, executada toda de seguida com um programa único e coerente, entre 1714 e 1722. As paredes foram revestidas com painéis de azulejos alusivos às obras de misericórdia, da autoria de Policarpo de